



**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

**Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER  
(Dec. 5.577/2005)**

**Ata da 5ª. Reunião Ordinária (19 de dezembro de 2006)**

**Abertura**

Às 10 horas do dia 19 de dezembro de 2006, no auditório do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), localizado na sede do IBAMA, em Brasília, foi dado início à 5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER, sob a Presidência do Sr. João Paulo Capobianco, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e secretariada pelo Sr. Mauro Pires.

**1. Avaliação da Gestão e Aprovação da Pauta**

**João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** abriu a 5ª Reunião da CONACER cumprimentando a todos os presentes e enfatizando a presença da Ministra de Estado de Meio Ambiente Marina Silva na reunião, como reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos. Falou dos avanços alcançados nesta gestão; da criação na estrutura do MMA de núcleos para todos os biomas, sendo o do Cerrado o que mais avançou, pois é o único que possui uma Comissão Nacional instituída por decreto; da inclusão do Programa Biomas no PPA; das ações voltadas ao planejamento por biomas, citando como exemplo o primeiro mapeamento da cobertura vegetal nativa dos biomas brasileiros; da conclusão dos trabalhos de revisão das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. No caso do Cerrado, falou da negociação do projeto GEF Cerrado, que irá garantir cerca de US\$ 13 milhões para os próximos anos, e dos avanços na criação de UC's no bioma. Em seguida, passou a palavra à Sra Ministra de Estado do Meio Ambiente.

**Ministra de Estado Marina Silva (MMA)** cumprimentou a todos presentes e declarou estar satisfeita com as conquistas e o encerramento dessa gestão, marcada por várias reuniões com representação, controle e participação da sociedade, com a instituição e funcionamento efetivo de comissões como a CONACER, a CONABIO, o CONAMA e a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas e também de Populações Tradicionais. Além do que já havia sido citado, falou da aprovação da PEC do Cerrado na Câmara dos Deputados e a Medida Provisória que aprovou a Limitação Administrativa Provisória; dos avanços no tratamento dado ao Cerrado, como a criação de UC's no bioma na modalidade RESEX, a criação do PARNA da Chapada das Mesas, e a ampliação do PARNA Grande Sertão Veredas em MG e do PARNA de Brasília. Comentou que ainda há desafios pela frente e que a CONACER contribuirá no reposicionamento de inúmeras políticas, que estamos vivendo um momento muito rico com este debate da sociedade sobre desenvolvimento,

crescimento e meio ambiente, onde o país precisa proteger seus recursos naturais promovendo o desenvolvimento e a inclusão social. Terminou agradecendo a todos e à sua equipe pelos resultados alcançados.

**César Victor do Espírito Santo (FBOMS)** aproveitou a oportunidade para passar uma mensagem da Rede Cerrado, que considerou essa gestão muito interessante, visto que a questão do Cerrado começou a ser discutida de forma mais inteligente dentro do governo, e espera que isso continue, assim como continue a Ministra Marina Silva no MMA. Reconheceu que o MMA atuou bastante em relação à PEC Cerrado, apesar de ela ainda precisar ser aprovada no Senado. Após isso, a Ministra e o Secretário João Paulo Capobianco se retiraram de reunião, passando a coordenação dos trabalhos para o Sr. Mauro Pires no comando da mesma.

**Mauro Pires (SBF/MMA)** iniciou a reunião sugerindo uma alteração na pauta, de forma que o item "Atualização das Áreas Prioritárias" fosse o primeiro a ser discutido, o que foi aceito por todos. Lembrou ainda que haveria a exposição de um projeto da EMBRAPA que teria início em 2007, que tinha muita relação com os trabalhos realizados pela Comissão.

**A pauta apresentada e aprovada para a reunião incluiu os seguintes temas:**

- Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal- resultado final;
- Agenda da CONACER para 2007;
  - Seminário sobre Impactos Ambientais no Cerrado;
- Apresentação do projeto da EMBRAPA sobre o impacto da bovinocultura na biodiversidade;
- Encaminhamentos.

**2. Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal- resultado final**

**Paula Valdujo (SBF/MMA)**, bióloga e consultora do Ministério (NCP), fez um pequeno resumo do processo inteiro: inicialmente o Cerrado foi dividido em 10.882 unidades de planejamento, sendo considerados alvos de biodiversidade, endemismo e ameaça de extinção de espécies do bioma, utilizando-se de mapas de distribuição. Também foram trabalhadas unidades de paisagem, que foram subdivididas por sub-bacias, e metas de conservação para cada unidade foram estabelecidas. Além disso, 20 áreas foram incluídas por sua importância na manutenção de processos ecológicos aquáticos. Com relação a serviços ambientais, foi criado um mapa com 31 unidades. Houve então a sistematização das bases de dados, e as informações foram integradas e analisadas com base no planejamento sistemático da conservação. No seminário regional do Cerrado, os grupos foram divididos por Estado e, a cada um, foi entregue uma proposta de áreas prioritárias para serem discutidas. Os grupos trabalharam na redelimitação e caracterização dessas áreas e na definição de oportunidades e ameaças de conservação e definidas propostas de ação, sendo algumas padronizadas e outras específicas. Por fim, foi estabelecido o grau de importância e prioridade para cada área. Totalizaram-se 97 milhões 172 mil e 165 hectares com diferentes indicações, como criação de

UC, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental, corredores ecológicos e outros.

Em seguida, apresentou os mapas com os resultados finais desse seminário, explicando cada um deles e sua leitura. O mapa final aponta as áreas de grande importância e prioridade. Após sua exposição, foi iniciado o debate.

O Sr. **César Victor** indagou por que uma determinada área próxima ao Parque Grande Sertão Veredas não aparece como prioritária no mapa. Após explicações, o mesmo disse que o trabalho não deixa de ter um certo subjetivismo, na medida em que ele considera essa área como extremamente prioritária à medida que sofre impactos intensos em função da abertura de áreas para lavouras e produção de carvão vegetal.

**Mauro Pires (SBF/MMA)** esclareceu que o trabalho não pretendeu ser absoluto, pois depende tanto de uma boa base de informação quanto da participação dos diversos segmentos na definição de áreas e de prioridade de ação. Informou que o trabalho passou por diversas discussões seja com pesquisadores, representantes de comunidades e representação de ONGs e outros segmentos sociais e mesmo de governo. Comentou ainda que no caso particular do Cerrado, houve um grande esforço para contar com a participação de setores que até então não eram envolvidos no processo de priorização de áreas, como ocorreu em 1997 (no primeiro exercício de áreas prioritárias), como as populações locais, os indígenas e quilombolas que, embora pudessem ter pouca informação sobre biodiversidade, faziam o uso e podiam participar na repartição de benefícios. Mesmo assim, reconhece que os avanços obtidos não solucionam todos os problemas, como por exemplo, a falta de informações confiáveis sobre questões relacionadas a uso sustentável e presença de populações tradicionais no Cerrado.

**Fani Mamede (MDA)** concordou que o resultado do Processo de Priorização de Áreas e Ações faz parte de um processo, e que o mesmo já avançou muito em relação às definições originais de áreas prioritárias, principalmente no Cerrado, e mostrou apoio à proposta, cumprimento a equipe organizadora que conseguiu incluir a questão socioambiental já no conjunto da metodologia do trabalho. Disse ainda que irá propor à CONABIO a criação permanente de um banco de dados para que estas informações fossem sempre atualizadas e cruzadas. O Sr. Mauro Pires informou que a criação do banco de dados está prevista processo.

**Devanir Garcia dos Santos (ANA)** mostrou um posicionamento semelhante ao do Sr. César Victor. Comentou que o debate deveria ser ampliado, que este mapa deveria ser cruzado com outros estudos realizados pela ANA, EMBRAPA e outras instituições, e que se deveria ter um mapa claro das áreas utilizadas de Cerrado, e que estas deveriam receber tratamento específico. A esse respeito, a Sra. Paula Valdujo esclareceu que tal diretriz foi considerada (o da utilização de áreas para produção) e que para esse tipo de área, se considerada prioritária para a biodiversidade, havia um leque de ações adequadas, como por exemplo, suporte a recuperação de áreas degradadas.

**John N. Landers (APDC)** parabenizou o estudo e questionou qual seria a proporção de ações propostas que recairiam sobre terras privadas. Sugeriu que para que haja uma maior participação da comunidade rural na conservação ambiental, deveria existir a isenção do ITR para o agricultor que tenha uma

área de vegetação nativa em sua propriedade, e que esta não deveria ser considerada como improdutivo para fins de expropriação. Quanto a isso, o Sr. Mauro Pires respondeu que a incidência do desenho dessas áreas prioritárias sobre terras privadas é de aproximadamente 80%, e acrescentou que estas áreas não seriam desapropriadas, tendo em vista que não é esse o objetivo do trabalho. Se eventualmente uma área embora tenha sido indicada como prioritária para, por exemplo, a criação de Unidades de Conservação de domínio público, mesmo assim, apenas o estudo específico para essa área é que poderia indicar, em caráter mais conclusivo sobre necessidade ou não de sugerir que a dominialidade da área passasse para o setor público. Por outro lado, quanto à isenção do ITR, disse ser um assunto sobre o qual a Comissão poderia se manifestar e quem sabe realizar um estudo mais aprofundado. Talvez seja um bom mecanismo de vincular a conservação ambiental do setor agrícola.

**César Victor (FBOMS)** esclareceu que sua intenção não foi desqualificar o trabalho, mas que é dever da Comissão dar sugestões e fazer questionamentos para o melhoramento do trabalho, no que deveria ser considerado prioridade. O Sr. Mauro Pires acolheu a sua observação e crítica, e concordou que embora o trabalho seja considerado muito satisfatório tem suas lacunas.

**Aginaldo Moraes da Silva (MI)** questionou se havia alguma pactuação dos Estados e seus planos de desenvolvimento com o estudo de áreas prioritárias. A Sra. Paula Valdujo respondeu que a indicação de uma área como prioritária independia de programas de desenvolvimento, mas que estes entravam na definição de ações. Mas esclareceu que a idéia é que os mapas sejam utilizados como base para licenciamentos futuros, por exemplo. Ou seja, a metodologia adotada não permitia que uma área deveria entrar ou sair simplesmente porque nela constam programas e projetos de desenvolvimento. A decisão de entrar ou retirar área baseou-se nos critérios e nas informações técnicas disponíveis sobre biodiversidade, serviços ambientais etc. Após a identificação da área é que se considera a existência de fatores considerados ameaças e ou oportunidades e, com base nisso, é que se delineia o melhor tipo de ação, o que realmente prevê a pactuação entre os participantes. Em alguns casos, em que não há consenso sobre a áreas, o dissenso é registrado e fará parte do banco de dados associado.

**Mário Augusto de C. Cardoso (MMA)** expôs sua preocupação com as atividades econômicas, como agroenergia, e sua relação com as áreas prioritárias. A Sra. Paula Valdujo explicou que informações sobre empreendimentos não foram utilizadas para a definição das áreas, mas para as ações. O Sr. Mauro Pires mostrou compreender que o próximo passo seria confrontar esses mapas com os demais, e que a CONACER seria o lugar para se começar a fazer esses diálogos, chamando outros setores que não estão representados na Comissão.

**Mercedes Bustamante (SBPC-Biológicas)** enfatizou que o primeiro passo foi dado, que agora há um instrumento sobre o qual trabalhar, e que seria importante a CONACER definir claramente que uso esse instrumento teria. Assim, sugeriu colocar as áreas prioritárias como prioridade de ação na agenda do próximo ano.

**Maria Luiza Braz Alves (MCT)** considerou o trabalho um grande avanço, em tempo recorde, mas que ainda carece de muito conhecimento. Aproveitou para

sugerir a apresentação do GEF Cerrado em uma próxima reunião da Comissão, o que foi acatado pelo coordenador da reunião, lembrando que o projeto GEF Cerrado não é um projeto exclusivo do MMA, ao contrário, prevê a direta participação de vários segmentos, seja de governo ou da sociedade civil, desde que respeitando a matriz lógica já negociada desde 2004.

**Jaqueline Evangelista Dias (Rede Cerrado)** propôs para a agenda de 2007 a criação de uma Câmara Temática dentro da CONACER, com componentes das comunidades tradicionais e agricultores familiares, para discutir temas como áreas prioritárias e repartição de benefícios.

**Sérgio Henrique Carvalho (IBAMA)** expôs a necessidade de um maior refinamento das ações de criação de UC e sua preocupação quanto aos encaves de Cerrado fora do bioma, pois não tinha certeza se foram trabalhados nos seminários dos outros biomas. A consultora Paula Valdujo informou que os outros biomas cuidariam desses encaves. Entretanto, a Sra. Fani Mamede informou o oposto, e acrescentou que somente o grupo da Amazônia trabalhou sobre os encaves de Cerrado em seu bioma. A Sra. Ludmilla Aguiar (EMBRAPA Cerrados) informou que, baseado nos critérios de definição de áreas prioritárias, os encaves já foram considerados como tais por serem ambientes singulares. O Sr. Sérgio Henrique informou ainda que o mapa de áreas prioritárias orienta mas não restringe o licenciamento feito pelo IBAMA, e que a CONACER deveria discutir esse assunto e transformar este estudo em algo que seja efetivo nesse sentido.

**Jorge Ricardo Gonçalves (MAPA)** reafirmou, dentro da Comissão, a necessidade da continuidade desse trabalho e o confronto com os mapas relacionados às atividades agropecuárias, e a importância da articulação com os estados, municípios e diferentes órgãos, para que sejam geradas ações efetivas. O Sr. Mauro Pires acrescentou que isso é algo que deve entrar na pauta da CONACER para 2007.

**A CONACER**, após últimos esclarecimentos, se manifestou favorável à proposta de áreas prioritárias e mapas apresentados.

### **3. Agenda da CONACER para 2007**

**Mauro Pires (SBF/MMA)** iniciou este ponto apresentando a proposta de um seminário que foi discutido no fim da reunião passada, com o objetivo de se organizar a ação da CONACER dentro de uma pauta prioritária de trabalho. O seminário deveria se centrar no tema dos impactos da agropecuária, e seriam convidados setores do agronegócio, da academia, produtores rurais, representantes da CONACER e órgãos de governo e discutir com eles essa pauta. Acrescentou que um tema que merecia atenção nesse seminário era a agroenergia.

**Mercedes Bustamante (SBPC-Biológicas)** manifestou-se dizendo que a CONACER deveria, ao preparar o seminário, já levar algumas propostas para serem trabalhadas, e não ficar somente esperando. O Sr. **Agnaldo Silva** apoiou a idéia, e considerou ainda ser fundamental que a CONACER manifestasse nesse evento sua posição em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico adotado no Cerrado. O Sr. **Mário Cardoso**

também concordou e completou que o tema de agroenergia está mais ligado ao licenciamento da indústria, e que o documento do grupo de biocombustíveis do MMA já possui um texto sinalizador, que poderia ser utilizado na discussão.

**Devanir Garcia dos Santos (ANA)** sugeriu que se o seminário fosse sobre redução de impactos ambientais no Cerrado seria mais produtivo. Quanto aos temas, sugeriu a adição da questão da irrigação, com vistas à sustentabilidade e redução da pressão sobre novas áreas do Cerrado, e a adição da questão do pagamento por serviços ambientais. O Sr. **Jorge Ricardo** acrescentou que o Sr. Rogério Dias, representante titular na Comissão, realizou um seminário sobre desenvolvimento sustentável e agropecuária sustentável, e que poderia então contribuir nessas discussões.

**Jaqueline Evangelista Dias (Rede Cerrado)** considerou importante que movimentos sociais participassem do seminário, e também levar diagnósticos de impactos ambientais na proposta de documento guia.

**César Victor do Espírito Santo (FBOMS)** achou necessário que também houvesse uma discussão sobre a questão de crédito no Cerrado, para agricultura familiar e agronegócio.

**John Landers (APDC)**, baseado num estudo feito pela *International Finance Corporation*, citou a possibilidade de se lançar futuros de madeira a fim de financiar o reflorestamento em escala suficiente para reduzir a extração ilícita, e assim poder controlar o desmatamento por vias econômicas.

**Mauro Pires (SBF/MMA)** sugeriu a composição de uma comissão para preparar esse seminário, encarregada de reunir as sugestões apresentados, discutir melhor uma pauta e fazer um documento guia. Foram nomeados para fazer parte dessa comissão o Sr. Agnaldo Moraes, a professora Mercedes, o Sr. Mário Augusto, o Sr. César Victor, a Sra. Fani Marmede, o Sr. Jorge Ricardo e o Sr. John Landers. Representantes da SDS e da EMBRAPA seriam importantes.

#### **Encaminhamentos:**

- Reunião da comissão marcada para o dia 12 de fevereiro, às 14:30h, na CODEVASF, a fim de decidir e preparar a agenda do seminário;
- Adicionar a questão da interação lavoura-pecuária, irrigação e pagamento por serviços ambientais ao seminário;
- Convidar para o seminário as pessoas do MAPA que realizaram evento sobre agropecuária sustentável;
- Levar diagnósticos de impactos ambientais para dentro do seminário;
- Discutir a questão de crédito diferenciado no Cerrado;

#### **4. Apresentação do Projeto da EMBRAPA sobre o Impacto da Bovinocultura na Biodiversidade**

**Barione (EMBRAPA Cerrados)** iniciou a apresentação do projeto, que tem objetivo de contribuir para as discussões entre análises do ponto de vista produtivista e conservacionista tendo em vista a bovinocultura de corte e a oportunidade de melhoria do uso de recursos por causa da heterogeneidade dos

sistemas de produção. O projeto pretende avaliar as possibilidades dentro de contextos regionais para melhorar essa situação. Entre seus comentários em relação à atividade agropecuária, destacaram-se:

- Na dimensão ambiental – a magnitude de produtividade é muito grande, assim como o impacto ambiental; a pecuária de corte ocupa cerca de 220 milhões de hectares de pastagem, que representam cerca de 60 a 80% das áreas desmatadas na Amazônia e Cerrado, e que crescem 2 milhões e 2,5 milhões de hectares por ano no Cerrado e na Amazônia, respectivamente; mais de 60% dessas pastagens estão degradadas; os ruminantes são a 3ª maior fonte antrópica de emissão de gases do efeito estufa; e a dinâmica da bovinocultura de corte do Brasil é a única que se expande em relação aos outros países do mundo;

- Na dinâmica espacial – hoje, o MT é o Estado com o maior rebanho bovino do país, e a dinâmica se mostra muito rápida, em direção ao norte. Essa dinâmica está associada à ocupação de novas áreas, que possuem importância de conservação;

- Na dimensão econômica – o Brasil possui o maior rebanho comercial do mundo, em torno de 200 milhões de cabeças de gado, como também é o maior exportador de carne bovina do planeta; é uma indústria com altíssimo índice de nacionalização; o valor bruto da produção de carne bovina é muito maior se comparado à maioria das atividades agrícolas.

- Na dimensão social – envolve 1,8 milhões de estabelecimentos rurais, o que representa mais de 30% de todos os estabelecimentos, e é responsável por cerca de 6,8 milhões de empregos; possui grande capilaridade e menor dependência de infra-estrutura, por isso que é pioneira no desenvolvimento regional.

**Ludmilla Aguiar (EMBRAPA Cerrados)** observou que os impactos da pecuária nos biomas onde ela é uma atividade economicamente maior são até certo ponto conhecidos. Entretanto, esses dados são bastante pontuais e ainda não se possui a capacidade de apresentá-los da mesma forma que os dados de produção de carne bovina. Comentou que no Cerrado há um desconhecimento impressionante sobre a biodiversidade e o impacto de um sistema de produção pecuária sobre comunidades extrativistas, por exemplo. Não há este tipo de dado. E quanto à questão social, não se sabe o impacto negativo disso, do ponto de vista privado e coletivo.

**Barione (EMBRAPA Cerrados)** esclareceu então que a intenção do projeto é quantificar e analisar esses balanços entre diferentes sistemas de produção e os ganhos privados e coletivos para cenários específicos. Entretanto, o problema é que no momento não possuem dados sistematizados, análises sistêmicas e modelos preditivos para tratar com essa heterogeneidade. Citou diversos objetivos que se pretende alcançar com essa iniciativa. Quanto à estrutura do projeto, falou que é um macroprograma que possui projetos componentes, que incluem a gestão do projeto, identificação, caracterização e espacialização dos sistemas de produção, estes 3 últimos com o apoio do IBGE; pesquisadores da USP liderarão a parte de impactos socioeconômicos; a professora Mercedes liderará a parte de avaliação de impactos sobre meio físico; a avaliação dos impactos sobre biodiversidade será liderada pela Sra.

Ludmilla, co-líder do projeto; pesquisadores da UNICAMP junto com a ITA e a USP farão a valoração ecológica e econômica; falou ainda de um projeto componente de modelagem e análise integrada para trabalhar modelos matemáticos para a previsão da dinâmica da bovinocultura; e finalmente comentou sobre um projeto de componente de disseminação e transferência de tecnologia, que fará um documentário sobre a pecuária nos diferentes locais, que será integrado a outros projetos da EMBRAPA. Finalizou sua apresentação dizendo que a intenção é divulgar o projeto e fazer parcerias, e que em breve serão realizados *workshops* com a participação de tomadores de decisão que desenvolvem políticas públicas e avaliar o que pode ser feito.

**Ludmilla (EMBRAPA Cerrados)** agradeceu a oportunidade e a aproveitou para pedir o apoio da CONACER através de recursos para os componentes de impacto sobre a biodiversidade e impacto sobre o meio abiótico, por serem os mais urgentes e pelos recursos da EMBRAPA não serem suficientes para o estudo e obtenção de dados. Concluiu dizendo que o projeto fará um estudo sobre o que se tinha e o que se tem após o ingresso da pecuária

**Mauro Pires (SBF/MMA)** agradeceu a exposição, e comentou que o projeto interessava muito à Comissão, sobretudo a parte de formulação de políticas públicas, e que a CONACER seria o ambiente próprio para discutir esses assuntos. Acrescentou que esses dados de bovinocultura agregariam muito ao exercício do seminário.

**Mercedes Bustamante (SBPC-Biológicas)** considerou muito interessante o projeto, na questão da avaliação econômica e valoração dos serviços ambientais, e esse é um assunto que vem surgindo na Comissão em todos os momentos. Comentou que se esta conta não for fechada, nenhuma política de conservação será efetivamente válida. Para concluir, disse que seria bom que as comunidades usuárias dos serviços ambientais fossem aproximadas, e que seria um importante exercício para o seminário também.

**Jaqueline Evangelista Dias (Rede Cerrado)** questionou a possibilidade da criação de uma Câmara Temática para tratar do componente de comunidades tradicionais e agricultura. O Sr. Mauro respondeu que já estavam montando uma proposta de como lidar com o tema reservas extrativistas e RDS em região de Cerrado, o que muito tem a ver com o tema, e está prevista a realização de uma Oficina de Trabalho para discutir esses assuntos. Dessa forma, sugeriu que esse assunto fosse trabalhado na Oficina, e que na próxima reunião da CONACER a proposta fosse levada para deliberação.

#### **Encaminhamentos:**

–Agregar os dados de bovinocultura ao exercício do seminário.

#### **7. Encaminhamentos Finais:**

–A CONACER se reunirá de 3 a 4 vezes anualmente.

#### **8. Encerramento da reunião:**



**Mauro Pires (SBF/MMA)** agradeceu a todos presentes e declarou a reunião encerrada.

**ANEXO 1 – Membros presentes na 5ª Reunião Ordinária da CONACER**

Agnaldo Moraes da Silva - MI

César Victor do Espírito Santo – FBOMS

Devanir Garcia dos Santos – ANA

Fani Mamede – MDA

Jaqueline Evangelista Dias – Rede Cerrado/ Articulação Pacari

João Paulo R. Capobianco - SBF/MMA

John N. Landers – APDC

Jorge Ricardo de A. Gonçalves – MAPA

Maria Luiza B. Alves - MCT

Mário Augusto de C. Cardoso – SDS/MMA

Mercedes M. C. Bustamante – SBPC/Biológicas

Sérgio Henrique Carvalho – IBAMA

**Outros presentes:**

Ministra Marina Silva – MMA

Mauro Oliveira pires – NCP/SBF/MMA

Avay Miranda Junior – NCP/SBF/MMA

Débora L. Silvano – NCP/SBF/MMA

Laura Tillmann Viana – NCP/SBF/MMA

Paulo Y. Kageyama – DCBIO/SBF/MMA

Barione – EMBRAPA

Ludmilla Aguiar - EMBRAPA